



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## **VENTURAS E DESVENTURAS DE UM PRESIDENTE DE PROVÍNCIA NO IMPÉRIO: O CASO DE MANOEL DE CARVALHO PAES DE ANDRADE EM PERNAMBUCO (1834-1835)**

Manoel Nunes Cavalcanti Junior\*  
(UESB)

### **RESUMO**

Este trabalho discute os embates das facções políticas de Pernambuco em meados da década de 1830 através da análise da atuação de Manoel de Carvalho Paes de Andrade à frente da presidência da província. Lutando ora contra restauradores, ora contra liberais exaltados, o seu governo nos serve de cenário para compreender as formas como se davam as construções de alianças e os distanciamentos entre os atores do jogo político provincial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Regência. Política. Elites.

### **INTRODUÇÃO**

O ano de 1834 teve início com uma abrupta mudança na Presidência da Província de Pernambuco: o então titular, Francisco de Paula d'Almeida e Albuquerque, renunciava ao cargo no dia 17 de janeiro, alegando problema de saúde. Ele havia sido empossado há pouco mais de um mês. Assumia o vice, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, um dos líderes do movimento da Confederação do Equador de 1824 e herói dos liberais pernambucanos.

Desde a Confederação de 1824 que Pernambuco era palco de uma acirrada disputa política. Inserida no contexto do processo da Independência do Brasil que

---

\* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Campus de Vitória da Conquista. Doutorando em História pela UFPE. E-mail: manael\_46@hotmail.com. Bolsista FAPESB.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

se desenrolou nesta Província, a Confederação representou a luta pelo poder entre dois grupos, iniciada anos antes, quando da conflagração entre os diferentes projetos de Nação surgidos durante o processo. O primeiro era formado pelos partidários de Pedro I, classificado por Carvalho como “centralista”: bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro, seus integrantes eram favoráveis à união das Províncias sob a batuta do príncipe regente (CARVALHO, 1998). Tinha como integrantes muitos elementos oriundos da antiga aristocracia açucareira, despontando como líder maior o Morgado do Cabo e futuro Marquês do Recife, Francisco Paes Barreto. O segundo grupo era o dos federalistas, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. Era liderado pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira, tendo despontado também o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que seria o Presidente da Confederação.

O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. O Morgado do Cabo e seus aliados, principalmente os Cavalcanti, ficaram com os louros da vitória e foram bem recompensados por Pedro I (CARVALHO, 1998). Aos perdedores, reservou-se a perseguição. Paes de Andrade, por exemplo, precisou refugiar-se em um navio inglês e exilar-se, só voltando ao país em 1832.

Quando o Morgado do Cabo se afastou da vida política, os Cavalcanti se tornaram seus herdeiros políticos. Congregando ao seu redor um bom número de famílias de grandes proprietários, interligados entre si por laços de parentesco, os filhos do velho Coronel Suassuna souberam manobrar de tal forma que se tornaram personagens preponderantes na luta política, tanto no âmbito provincial como no nacional.<sup>374</sup>

---

<sup>374</sup> Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (Visconde de Camarajibe). Os três últimos foram Senadores por Pernambuco. O Visconde de Suassuna foi vice-presidente da Província desde o início dos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A abdicação de Pedro I, em 1831, trouxe mudanças para o cenário político nacional e, especialmente, para Pernambuco. Segundo Marco Morel, três grupos políticos se destacaram a partir dali. O primeiro era o dos *exaltados*, que tinha por base do seu ideário a valorização da soberania popular. Seus líderes usavam um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica. Além disso, empunhavam a bandeira do federalismo e da descentralização administrativa. O segundo grupo era o dos *moderados*, liberais e defensores de um Estado forte e centralizador. Seu núcleo girava em torno da Corte, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Porém, isto não impediu que tivessem ramificações por todas as demais províncias. Após a Abdicação, foram eles que assumiram e controlaram o poder durante o período regencial. Por fim, o terceiro grupo era o dos *restauradores*. Na verdade existiam desde a década de 1820. Com um discurso pautado pelo antiliberalismo, defendiam um Estado centralizador e destacavam a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular (MOREL, 2003:33-38). Durante a Regência, seu mote seria a defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro.

Esta configuração política pode ser identificada em Pernambuco. Os *federalistas* de 1824 se dividiram entre os *exaltados* e os *chimangos*. Dos primeiros se destacavam nomes como o Padre João Barbosa Cordeiro, Deputado Geral e editor do jornal *Bússola da Liberdade*, além dos irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios. Os *exaltados* tinham como principal representação a Sociedade Federal, criada em fins de 1831 e que teve suas atividades prolongadas até 1834. Por sua parte, os *chimangos* locais se reuniram em torno da Sociedade Harmonizadora, criada pelo liberal Antônio Joaquim de Mello também em junho de 1831, então presidente da Câmara Municipal do Recife. Um dos seus principais nomes era o do comerciante Gervásio Pires Ferreira, liberal com participação na

---

anos 1820, tendo assumido a Presidência, entre 1826 e 1844, por sete vezes. Sobre eles, ver CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2009:121-183; CADENA, 2011.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

vida política de Pernambuco desde 1817. Quanto aos *restauradores*, seu grupo era formado principalmente por militares, portugueses e desembargadores da Relação da Província. Os irmãos Francisco, João e Luiz Ignácio Ribeiro Roma vão se destacar nos eventos que se desenrolarão no decorrer de 1834. O motim conhecido como Abrilada, ocorrido em 1832, foi promovido por elementos restauradores do Recife. O desenrolar dos seus acontecimentos levou ao surgimento da chamada Guerra dos Cabanos (CARVALHO, 1998).

Para complementar o quadro político, resta tratar do grupo dos Cavalcanti. Conforme afirmado anteriormente, foram eles um dos principais beneficiados com a vitória de Pedro I sobre a Confederação do Equador. Carvalho afirma que, embora aliados, os Cavalcanti eram refratários à tentativa do Imperador em monopolizar o poder na Província. A centralização deveria ir até onde não interferisse em seus interesses locais. A relação transcorria um tanto tensa. A Abdicação de 1831, que a princípio poderia ser vista como derrota para este grupo, não atingiu significativamente o seu poder (CARVALHO, 2009:124-126). A movimentação política dos Cavalcanti os levou a certa autonomia em relação aos demais grupos. Com os *chimangos* havia uma rivalidade histórica, enquanto que com os *restauradores* existia uma suspeita de aproximação. Abreu e Lima, em uma de suas cartas, deu a entender que os irmãos Cavalcanti estavam colaborando com os restauradores.<sup>375</sup>

Foi com este quadro que se iniciou o ano de 1834. Segundo o que se depreende dos jornais da época, a principal preocupação das autoridades em Recife era o recrudescimento da guerra que se desenrolava em Panelas e Jacuípe. A luta já estava para completar dois anos e as perspectivas para o governo não eram nada animadoras. Os cofres públicos estavam exauridos. Os cabanos pareciam fortalecidos, recebendo apoio tanto de pessoas em Recife quanto, até mesmo, de

---

<sup>375</sup>“...ele (Pedro I) muito se tem pago dos Pernambucanos nesta Época – a ideia de um Suassuna nesse negócio lhe dá prazer porque ele faz grande ideia do desinteresse e da honra dessa família...” Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

indivíduos dentro das tropas do governo.<sup>376</sup> Uma anistia aprovada por deputados e senadores e publicada pela Regência em fins de 1833 não adiantou nada. Pior: alguns críticos disseram que só serviu para reforçar os cabanos.

A apreensão aumentou ainda mais com a notícia de que foram interceptadas cartas vindas do Rio de Janeiro articulando os restauradores da corte com os restauradores locais. Eram cartas do General Abreu e Lima para o seu irmão Luiz Roma. Elas começaram a ser publicadas pelo Diário de Pernambuco no dia 12 de janeiro. Na carta escrita em 20 de novembro de 1833, Abreu e Lima recomenda que Luiz apresse o golpe. Ele desejava ir logo para Pernambuco, mas cumpriria a promessa de somente viajar depois de receber o seu aviso. Tinha mais de 20 bons oficiais, tanto de Cavalaria como de Caçadores, que iriam com ele. Na sua visão, o Norte é quem decidiria o problema. Orienta para que Luiz tente levar os Cabanos a um objetivo único e conquistar uma primeira vitória. A adesão de Abreu e Lima ao partido seria a senha para um movimento geral.<sup>377</sup>

A primeira reação a estas notícias de conspiração partiu do coronel Francisco Jacinto Pereira, do capitão José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa e do juiz de paz José Higino de Miranda. Os três enviaram uma representação à Câmara Municipal pedindo que o Presidente da Província e o Conselho tomassem medidas efetivas para combater a ameaça. A partir disto, os vereadores encaminharam um ofício à Presidência no dia 15 de janeiro. Recomendavam, inicialmente, que ao Chefe das forças legalistas fosse dado maior poder de decisão para enfrentar os revoltosos. Em segundo lugar, havendo pessoas já pronunciadas e presas na cidade como sendo Restauradores, que fossem remetidas para a Ilha de Fernando. Em terceiro lugar, lembrava que fossem dadas as ordens necessárias

---

<sup>376</sup> O Tenente João Ignácio Ribeiro Roma foi preso em dezembro de 1833 por manter contato com um dos chefes dos revoltosos e pretender lhe entregar uma porção de pólvora, a qual foi apreendida (Diário de Pernambuco, 21/01/1834, nº 299). Um morador da freguesia da Boa Vista, João Leitão Figueira, foi preso e enviado para Fernando de Noronha por fornecer munição de guerra e de boca, além de enviar continuamente correios com notícias da capital. A prova seria uma ordem enviada a ele e assinada pelo líder cabano Vicente Ferreira de Paula, em 07/12/1833. (Diário de Pernambuco, 29/01/1834, nº 306)

<sup>377</sup>Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

para a captura do General Abreu e Lima, já pronunciado como conspirador, oficiando aos Presidentes de Alagoas, Bahia e demais autoridades competentes para impedi-lo de chegar a Panelas. Em quarto lugar, que empossasse o quanto antes o Conselho do Governo eleito para aquele ano, pois as medidas urgentes e necessárias a serem tomadas exigiam um novo fôlego, coisa que o antigo já não possuía. Finaliza solicitando medidas policiais de vigilância, por parte dos juízes de paz, em relação aos suspeitos de conivência com os conspiradores.<sup>378</sup>

Para completar a pressão, na manhã do dia 16, Guardas Nacionais dos Batalhões de Olinda e das freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e do Recife se reuniram no Campo dos Canecas (Largo de Nossa Senhora do Terço). Redigiram um manifesto aos “dignos e livres pernambucanos”. Consistia este documento em quatro artigos, muito semelhantes às reivindicações da Câmara Municipal. Os reunidos alertavam o governo contra qualquer medida hostil que por acaso tomasse para frustrar a execução destes artigos, se comprometendo a manterem a ordem, a obediência à lei e o respeito às autoridades constituídas. Por fim, não se responsabilizariam pelos “terríveis efeitos que resultarem desta reunião”, se acaso o Governo não atender as suas súplicas e quiser tomar medidas contrárias.<sup>379</sup> Estava à frente desta manifestação o líder *exaltado* Antônio Carneiro Machado Rios, Tenente Coronel do Batalhão da Guarda Nacional da Boa Vista. (COSTA, 1983:3-19).

O resultado mais imediato desta manifestação foi a derrubada do Presidente da Província. Quem ocupava o posto era Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, empossado em 6 de dezembro de 1833. Diante de toda pressão, ele ainda tentou tomar o controle da situação. Enviou um ofício aos Guardas Nacionais, chamando-os a obedecerem à lei e recolherem-se, prometendo que medidas seriam tomadas em acordo com o Conselho que estava reunido. Vendo que persistiam, convocou o Conselho, deu parte de doente e entregou a presidência ao

<sup>378</sup>Diário de Pernambuco, 17/01/1834.

<sup>379</sup>Diário de Pernambuco, 18/01/1834.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

vice, Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Este, concorde com o Conselho, anuiu aos artigos do manifesto com restrições e mandou que os Guardas Nacionais se recolhessem a suas casas. Os Guardas Nacionais atenderam à ordem e se recolheram.<sup>380</sup>

Por uma dessas ironias da história, Manoel de Carvalho chegou ao cargo máximo da Província graças a um temor generalizado de conspiração dos *restauradores* e a uma manifestação de Guardas Nacionais liderados por *exaltados*. Seu governo se destacará por uma forte reação contra aqueles e por tentativas de golpe por parte destes.

As primeiras medidas tomadas por Manoel de Carvalho foram no sentido de atacar a ameaça representada pelos restauradores e fortalecer as tropas governistas no campo de guerra em Panelas e Jacuípe. Conforme o prometido, ele deu ordens para enviar a Fernando de Noronha os implicados com o movimento restaurador. Segundo o Diário de Pernambuco, foram 68 pessoas. Dos indivíduos citados pelo jornal, 16 eram militares e 3 paisanos. Entre eles, estavam dois dos irmãos Roma, Luiz e João.<sup>381</sup>

Para o campo de batalha, Manoel de Carvalho preparou um reforço de mais de mil praças. Foram mobilizados Batalhões da Guarda Nacional do Recife, Olinda, Goianna, Afogados, Poço da Panela e Casa Forte. Somados a eles, soldados do Corpo de Municipais Permanentes, uma espécie de polícia do município do Recife. Esta Legião teria à frente do seu comando o Tenente Coronel Antônio Carneiro Machado Rios, um dos líderes da reunião do Campo dos Canecas, em janeiro.<sup>382</sup> A tropa ainda seria reforçada por soldados de 1ª linha de Pernambuco e da Paraíba.<sup>383</sup> Na manhã do dia 1º de março, todo o contingente embarcou em direção a Água Preta. Manoel de Carvalho seguiu a tropa, fazendo do Acampamento em Limeiras a sede temporária do governo e de lá retornando somente em junho.

<sup>380</sup>Diário de Pernambuco, 20/01/1834.

<sup>381</sup>Diário de Pernambuco, 01/02/1834.

<sup>382</sup>A Quotidiana Fidedigna, 01/03/1834.

<sup>383</sup>A Quotidiana Fidedigna, 04/03/1834.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O Presidente recebeu pleno apoio da Regência em suas ações. Foi autorizado a “lançar mão de todas as medidas, que lhe possam ocorrer, e pareçam profícuas”. Uma delas foi a suspensão de habeas corpus para os presos e os coniventes que fossem recolhidos a sua ordem ou a ordem do Presidente da Província de Alagoas.<sup>384</sup> Chegou ainda a anunciar recompensa em dinheiro para qualquer que apresentasse, vivo ou morto, líderes Cabanos. Se fosse um dos revoltosos, além do dinheiro ganharia o perdão por seus “crimes”.<sup>385</sup>

As medidas adotadas por Manoel de Carvalho no campo de batalha surtiram efeito. As tropas reavivaram sua moral e as notícias de vitórias chegavam à capital. Ao mesmo tempo, os relatórios das incursões nas matas de Pannels e Jacuípe publicados pelos jornais mostravam a carnificina e o horror em que estava se transformando a guerra. Narrando a exploração feita ao acampamento dos cabanos em Castelhana, em 28 de abril, o Comandante do Corpo, Francisco Manoel Accioli, dizia que para contar o número de mortos, os soldados lhe traziam as orelhas dos cadáveres. Mas este método não era exato, pois ele mesmo encontrou muitos outros cadáveres na mata, “já bastante arruinados, e com ambas as orelhas”.<sup>386</sup> O Capitão Sebastião Lins Wanderley disse ter visto em um grupo de prisioneiros, crianças expirando de fome, mulheres esqueléticas e cobertas apenas de trapos imundos, “em cujos semblantes apareciam visivelmente os caracteres da fome, e da desgraça!”.<sup>387</sup>

O fato é que em junho Manoel de Carvalho retornava ao Recife e a vitória sobre os cabanos era dada como certa. A ameaça de uma vitória de restauradores fora praticamente afastada. Ele assumiria oficialmente a Presidência no dia 03 de junho, cumprindo a Carta da Regência de 22 de fevereiro que o nomeara para o cargo. Em comemoração, o Teatro do Recife apresentou no domingo 22 de junho a

<sup>384</sup> Diário de Pernambuco, 02/05/1834, nº 379.

<sup>385</sup> Diário de Pernambuco, 28/04/1834, nº 376.

<sup>386</sup> Diário de Pernambuco, 07/05/1834, nº 382.

<sup>387</sup> Diário de Pernambuco, 17/05/1834, nº 380.





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

peça “A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General da Massas!!!”, ocasião em que o Presidente Manoel de Carvalho seria ovacionado.

Esta vitória, porém, não traria unanimidade para Carvalho. Obviamente, havia uma ferrenha oposição por parte de elementos ligados aos restauradores. Mas também os exaltados começaram a lhe fazer oposição. Um comunicado inserido no Diário de Pernambuco de 26 de agosto comentava uma notícia do jornal exaltado *Bússola da Liberdade*, onde se afirmava que Manoel de Carvalho seria demitido da Presidência. Segundo o Diário, o Presidente tem crédito no partido chimango. Na Câmara dos Deputados era acusado e insultado pelos Cavalcanti e por outros membros da oposição que não eram chimangos. Na Província, a oposição não eram os chimangos, mas dos que seguiam o credo da *Bússola* e os que faziam oposição por princípios opostos aos da *Bússola*, mas que tinham a simpatia deste. Em resumo, eram os exaltados e os restauradores.<sup>388</sup>

Em outubro, uma troca de ofícios entre Antônio Carneiro Machado Rios, então Comandante da Força do Norte, e Joaquim José Luiz de Sousa, Comandante em Chefe das Forças em Operação, demonstrava que o clima já não era dos melhores. Antônio Carneiro reclamou do seu superior por ter sido informado que ele estava nomeando Comissões Militares contra autoridades legítimas daquelas localidades. Estas Comissões agiam com autoritarismo. Dizia que não era assim que se chamavam povos à ordem, mas sim por meio da união e não da desarmonia. A resposta do Comandante em Chefe foi reclamar do fato de que desde julho não recebia relatório algum das operações da Força da Direita. Lembrou Antônio Carneiro que ele tinha que cumprir as ordens do Comandante em Chefe. E ainda, que a Força da Direita era subordinada, não podendo ele decidir em questões que dizem respeito unicamente ao Comandante em Chefe. Ainda tinha dele os mesmos conceitos que o fizeram nomeá-lo para este Comando, mas se o não respondesse os

---

<sup>388</sup> Diário de Pernambuco, 26/08/1834, nº 470.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ofícios seria por insubordinação, e não esperava que fosse isto.<sup>389</sup> A réplica de Antônio Carneiro foi dura. Por não haver nada de importante, nada tinha a comunicar-lhe; daí não enviar informações. Justificava, com palavras ríspidas, suas ações em prol dos soldados sob seu comando para que não passassem privações. Encerrava afirmando não dever nada ao Comandante, sobre a questão de sua nomeação para aquela função. Resultado: em 14 de novembro, a Presidência encaminhou ordens a Antônio Carneiro para que se recolhesse à capital juntamente com os Guardas Municipais Permanentes e Guardas Nacionais da cidade que estavam sob o seu comando.<sup>390</sup>

A troca no Comando das Armas da Província foi o motivo usado pelos exaltados para tentar derrubar Manoel de Carvalho. A Regência decidiu, em outubro, substituir o então Comandante das Armas, Tenente Coronel José Joaquim Coelho, pelo também Tenente Coronel Antônio Correia Seara. Este era Deputado Geral pela Província do Pará. A nomeação foi fortemente combatida, principalmente nas páginas do Diário. O problema em relação a Seara era, principalmente, sua atuação na época da Confederação do Equador. A princípio liberal, acabou por debandar para o lado das tropas do Imperador. Destacou-se por sua perseguição e violência contra os confederados.<sup>391</sup> A Câmara Municipal do Recife encaminhou ao Presidente da Província uma representação se colocando contrária à sua posse. O Conselho concordou e decidiu por manter José Joaquim, oficiando ao Governo Central sobre os riscos de levar adiante aquela nomeação.<sup>392</sup>

Os irmãos Carneiro aproveitaram a parada militar do dia 02 de dezembro para tentar sublevar, mais uma vez, os Guardas Nacionais e forçar o governo a atender suas reivindicações. Uma proclamação foi espalhada pela cidade, falando de uma representação que seria enviada a Manoel de Carvalho para que desse posse a uma terceira pessoa, e não conservar no Comando das Armas o José

<sup>389</sup> Diário de Pernambuco, 05/11/1834.

<sup>390</sup> Diário de Pernambuco, 06 e 19/11/1834.

<sup>391</sup> Diário de Pernambuco, 06/11/1834.

<sup>392</sup> Diário de Pernambuco, 07 e 17/11/1834.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Joaquim Coelho. A justificativa passava pelo fato deste ter cometido os mesmos crimes de Seara e ser português de nascimento. Conservá-lo era privilegiar um brasileiro adotivo em detrimento de um brasileiro nato, como o Seara. Desta vez a reunião não teve sucesso e Francisco Carneiro Machado Rios, então Comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Antônio, acabou sendo afastado do comando.<sup>393</sup>

O desenrolar dos acontecimentos resultou nas chamadas Carneiradas, ocorridas em 1835. Dois sargentos e cerca de 200 soldados do Acampamento da Lagoa dos Gatos, onde Antônio Carneiro foi comandante, renderam os oficiais em 11 de janeiro e marcharam em direção à capital, alegando falta de mantimento. A notícia chegou ao Recife no dia 20 e deixou a população e as autoridades alarmadas. Aproveitando a situação, os irmãos Carneiro tentaram um golpe contra o governo no dia 21, contando com apoio de populares e Guardas Nacionais de Santo Antônio e da Boa Vista. Por muito pouco não conseguiram tomar o Palácio do Governo, onde uma força de Guardas Municipais Permanentes conseguiu repelir o ataque e forçou os rebelados a recuarem. O governo organizou uma força de resistência, principalmente com Municipais Permanentes e Guardas Nacionais de fora da capital. Os rebelados se concentraram na Boa Vista e de lá, sob pressão da tropa governista, fugiram em direção ao Poço da Panela. Apareceram novamente em 17 de março, onde atacaram um piquete do Batalhão de Guarda Nacional do Poço, se apoderaram de armas e seguiram para Goiana. Lá invadiram a vila, recebendo apoio local e se organizando para marcharem de volta à capital. No meio do caminho foram interceptados e acabaram fugindo para as matas de Beberibe, de onde se dispersaram. Era o fim das Carneiradas.<sup>394</sup>

Mais uma vez Manoel de Carvalho conseguiu resistir e manter-se à frente da Presidência. Sua gratidão maior foi dirigida ao Corpo de Municipais Permanentes, que sustentaram a luta e responderam positivamente ao chamado do governo. A

<sup>393</sup> Diário de Pernambuco, 04/12/1834.

<sup>394</sup> Diário de Pernambuco, 18, 20 e 30/03/1835.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Guarda Nacional da capital foi duramente criticada. Segundo o Diário de Pernambuco, seu procedimento foi vergonhoso: “não teve Pátria, nem honra e nem apareceu”. Os que estavam aquartelados desertaram e se esconderam; outros se bandearam para o lado da “anarquia”.<sup>395</sup>

Convocado a tomar assento no Senado, eleito pela Paraíba, seguiu para a Corte no dia 11 de abril. Apesar de suas vitórias, as disputas políticas na Província continuariam, só que a partir de uma outra configuração. Seu substituto, Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, o Presidente da Província de Alagoas e companheiro na luta contra os cabanos, passou pouco mais de um mês no cargo. Em junho assumia, por nomeação da Regência, um dos irmãos Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Para os liberais seria o início de um longo período de ausência do poder, encerrando-se apenas em 1844, já em meio ao tumultuado período da Praieira.

## REFERÊNCIAS

CADENA, Paulo Henrique Fontes. ***Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 - 1844)***. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 2011.

CARVALHO, Marcus J. M. ***Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824***. in Revista Brasileira de História. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014> (acessado em 04/05/2012).

\_\_\_\_\_. ***Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)***, in GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. ***O Brasil Imperial, volume II: 1831 - 1870***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COSTA, Francisco A. Pereira da. ***Anais Pernambucanos***. Volume 9. 2ª ed. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte/FUNDARPE, 1983.

MOREL, Marco. ***O Período das Regências (1831-1840)***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

---

<sup>395</sup> Diário de Pernambuco, 18 e 21/03/1835.